

O CONCEITO DE *PRODUÇÃO DO ESPAÇO* NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Área temática: Teoría, historia y metodología de la Geografía

Autores:

Manuela Mendonça de Alvarenga (Pós-graduanda do Programa de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais) – manuela.alvarenga@gmail.com

Simão Bossi Santana (Professor de Geografia do Colégio Santa Marcelina Belo Horizonte) – simao.b.santana@gmail.com

RESUMO

Este artigo consiste em uma revisão da literatura a respeito do conceito de *produção do espaço* na Geografia, com o intuito de compreendê-lo no atual contexto histórico-geográfico. A expressão “*produção do espaço*” é recorrente nos cursos de graduação e pós-graduação em geografia e constitui uma base em nossa trajetória conceitual. Entretanto, ao passo que se garante o constante uso do conceito, o mesmo não se pode dizer acerca de uma coerente apropriação do seu significado. O emprego do termo no contexto acadêmico/profissional exclusivamente preocupado com uma abordagem mercadológica e/ou tecnocrática só tende a reforçar o seu esvaziamento. Nosso objetivo é buscar o fundamento radical do conceito, ou seja, aquilo que o torna original. Retomamos a literatura que desconstrói a imagem de espaço como receptáculo das ações humanas, “palco” em que se desenvolve a trama do mundo. O que era inicialmente um produto do trabalho humano passa a agir na sua reprodução. De receptáculo, passa a elemento regulador e produtor ele mesmo. A produção do espaço serve à reprodução das relações sociais através da cotidianidade. Desta forma, inserimos a análise do conceito de *produção do espaço* em sua formação histórico-geográfica específica, o capitalismo. Pode-se dizer, de outros momentos da história, que o homem altera o meio através da atividade que cria seu espaço em proporções sempre constantes. Mas no capitalismo ele *produz* espaço com fins de acumulação, gerando uma reprodução gradualmente ampliada deste modo de vida. Além disto, a produção capitalista do espaço procede à imposição de um espaço geométrico, abstrato que leva a mudanças na percepção e comportamento humanos. Após a construção do conceito em seu quadro de compreensão geral, encaminhamos algumas reflexões. A produção do espaço no contexto do capitalismo nos aparece como produção de uma totalidade, que leva à universalização das técnicas e tecnologias. Isto modifica a forma como devemos pensar elementos sócio-espaciais como a urbanização contemporânea, a concentração, a organização e distribuição dos homens e das coisas no mundo e, sobretudo, as desigualdades que daí surgem. Dessa forma, a análise da produção capitalista do espaço nos leva naturalmente à análise de suas contradições.

Palavras-chave: produção do espaço, capitalismo, Geografia.

RESUMEN

Este artículo consiste en una revisión de la literatura sobre el concepto de *producción del espacio* en la geografía, con el fin de entenderlo en el contexto histórico y geográfico actual. El término “*producción del espacio*” es recurrente en cursos de geografía y una base en nuestra trayectoria conceptual. Sin embargo, mientras se garantiza el uso constante del concepto, el mismo no puede decirse de una coherente apropiación de su significado. El uso del término en el contexto académico / profesional refiere exclusivamente a una comercialización y / o enfoque tecnocrático sólo tiende a reforzar su empobrecimiento. Nuestro objetivo es la búsqueda de la base radical del concepto, es decir, lo que lo hace único. Retomamos la literatura que deconstruye el espacio de la imagen como receptáculo de las acciones humanas, “escenario” en el que se desarrolla la trama del mundo. Lo que inicialmente fue un producto del trabajo humano actuará en su reproducción. Receptáculo, pasa el elemento regulador y productor de sí mismo. La producción del espacio sirve a la reproducción de las relaciones sociales a través de la vida cotidiana. Por lo tanto, entramos en el análisis del concepto de producción del espacio en su específica formación histórica y geográfica, el capitalismo. Se puede decir, otras veces en la historia que los humanos alteran su medio con la actividad que crea un espacio siempre en proporciones constantes. Pero en el capitalismo se produce el espacio con fines de acumulación, generando una reproducción ampliada. Por otra parte, la producción capitalista de espacio impondrá un espacio geométrico, abstracto, que conduce a cambios en la percepción y el comportamiento humano. La producción del espacio en el contexto del capitalismo aparece como la producción de un todo, lo que conduce a la universalización de las técnicas y tecnologías. Esto cambia la forma en que pensamos elementos socio-espaciales como la urbanización contemporánea, la concentración y distribución de los hombres y las cosas en el mundo y por encima de todas las desigualdades que surgen allí. Por lo tanto, el análisis de la producción capitalista de espacio natural nos lleva al análisis de sus contradicciones.

Palabras clave: producción del espacio, el capitalismo, Geografía.

1. INTRODUÇÃO: AS ORIGENS DA DISCUSSÃO

Antes de tudo, é necessário situarmos a questão a respeito do conceito de *produção do espaço* no debate mais amplo, em torno da construção do termo *espaço* como categoria do pensamento científico. Esta tarefa será realizada de modo sucinto, apenas apresentando os termos gerais da discussão.

A categoria *espaço* não é exclusiva do campo científico da geografia (apesar de neste ser identitária), a palavra transita no senso comum com diferentes significados e também está presente em outros vários ramos do conhecimento científico (no urbanismo, na economia, na sociologia, na arqueologia, para citar apenas alguns). A construção epistemológica do conceito remonta, então, a um debate externo à Geografia, incorporado e reconstruído em debates internos à mesma. Fator importante para entendermos como a discussão inaugurada por Henri Lefebvre – sociólogo que traz a *produção do espaço* como conceito imerso na problemática do marxismo, da revolução e das relações sociais de seu tempo – foi absorvida por uma geografia que pretendia rever suas bases e seu objeto de estudos à luz de uma crítica da sociedade capitalista e do conhecimento que vinha sendo produzido até então, então considerado ideológico e conservador.

Douglas Santos (2002) demonstra, através de um estudo da construção da categoria *espaço* na história da ciência, que qualquer transformação radical do modo de vida de uma sociedade perpassa pela modificação do espaço em que vivem e, conseqüentemente, muda a forma de concebê-lo. O conceito muda de acordo com a mudança do mundo. O autor afirma que o período que marca o fim da sociedade feudal e a afirmação da sociedade burguesa é o definidor da forma como hoje concebemos os conceitos de *espaço* e de *tempo*.

Da Terra fixa à construção de um planeta móvel, girando em torno de si mesmo e do centro do Universo (o Sol), do mapa em T-O ao mapa de Mercator, da Europa como centro do Universo à Europa como continente hegemônico (na parte superior e no centro dos mapas), da relação de suserania à propriedade privada da terra agrícola, dos caminhos à construção de estradas, dos feudos à retomada das cidades, o que se observa é uma transformação radical na concepção ocidental de espaço e espacialidade fundada, até mesmo, na apropriação e transformação generalizada de novos (e, até então, desconhecidos) territórios. (D. SANTOS, 2002, pág. 28)

A percepção moderna de espaço passa pelas inovações na pintura renascentista, com as ideias de perspectiva e proporção, evolui para a cartografia com a modelagem geométrica, sofre intervenções conceituais dos principais cânones da ciência moderna – Descartes, Giordano Bruno, Galileu, Maquiavel, Newton, para citar alguns – e culmina na construção kantiana, que sintetiza o legado da construção da categoria de espaço como externalidade, como o cenário *a priori* que compõe a nossa percepção das coisas. “De qualquer maneira, o que se observou de comum entre as diversas correntes de pensamento foi a noção de espaço como receptáculo e, portanto, condição *a priori* do fenomênico. A geografia kantiana foi a vencedora, pelo menos até o final do terceiro quartel do século XX.” (Op. Cit., 2002, pág. 188).

Considerando estas bases gerais da concepção do conceito de *espaço* na ciência moderna, mostremos, agora, como a ideia de *produção do espaço* se insere seminalmente na transformação crítica deste arcabouço conceitual nos meados do século XX. Primeiramente, examinaremos a posição de Henri Lefebvre nesta discussão e depois veremos de forma como estes discursos se imbricaram na construção da geografia contemporânea.

Lefebvre está comprometido com a discussão mais ampla do debate teórico marxista ao longo do século XX. Seus argumentos eram em favor de uma recontextualização e do fortalecimento do marxismo enquanto compreensão de mundo, com uma longa obra que examina diretamente a obra de Marx e que debate com as correntes principais de pensamento marxista do início do século, o estruturalismo e o existencialismo. Os estudos sobre o espaço não são um capítulo separado desta longa construção teórica, mas o resultado de sua reflexão crítica do modo de

reprodução da sociedade capitalista. Seu mérito foi entender que o teor das relações entre a espacialidade e a reprodução social é muito mais imbricado do que até então se imaginava. O conceito de *produção* (a ser melhor analisado adiante) é a chave desta conexão entre a espacialização e a sobrevivência da sociedade capitalista. O *espaço* passa a ser integrado à ótica dialético-materialista, que importa muito a uma concepção crítica da sociedade. Edward Soja (1993, pág. 63-66) enuncia a sequência geral do surgimento da problemática espacial em Lefebvre, que não será detalhada aqui¹. Por enquanto, basta mostrar que seu interesse pela temática surge de uma prática espacial do planejamento estatal francês que inaugurou um elemento novo à sua percepção, o de reorganizar um espaço, reconstruir cidades, criar novas estruturas. A pesquisa das motivações deste movimento, tão impactante às populações que habitavam aqueles espaços perpassa suas obras sobre a vida cotidiana, sobre o urbano e a cidade e culmina na elaboração com o nome propriamente de *La Production de l'espace*, em 1974.

A urbanização era uma metáfora resumida da *espacialização* da modernidade e do “planejamento” estratégico da vida cotidiana, que haviam permitido ao capitalismo sobreviver, reproduzir com êxito suas relações essenciais de produção. (...) A própria sobrevivência do capitalismo, afirmou Lefebvre, estava baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia. O que distinguia o gratuito véu espacial do capitalismo das espacialidades de outros modos de produção eram sua produção e reprodução peculiares de desenvolvimento geograficamente desigual, através de tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização (...). (SOJA, 1993, pág. 65).

É certo que Lefebvre não foi o único a questionar o “espaço como substrato” e seu conteúdo ideológico e essencialmente mantenedor da ordem burguesa², todavia, a sua compreensão dialética da produção do espaço é um grande instrumento para nos permitir compreender que apenas inventariar os conteúdos de determinada formação histórico-geográfica não é suficiente para compreender o teor das relações sociais que a compõem e, da mesma forma, a compreensão da formação de tal sociedade deve, obrigatoriamente, passar pela compreensão da dinâmica espacial que é por ela estabelecida. Ideia aparentemente simples, mas que nos permite avançar muito na compreensão crítica do mundo tal como se nos apresenta.

Em paralelo, uma vertente da Geografia começa a imergir na teoria marxista nos anos 70³ e a incorporá-la à sua construção epistemológica, a princípio independente da obra de Lefebvre, e posteriormente em diálogo com a mesma. Na verdade, é possível dizer que a Geografia, aqui, se insere no conjunto das ciências humanas e sociais que viveu uma profunda fase de questionamentos neste período de situações políticas e sociais concretas que refletem incisivamente nos meios acadêmicos científicos. Ideia corroborada por Edward Soja, que a partir do sistema de ciclos da modernidade elaborados por Marshall Berman⁴, sistematiza a marcha cronológica das teorias sociais e do esforço que despenderam para entender as dimensões sociais de espaço e tempo. Dimensões que são profundamente transformadas por um capitalismo em crise durante o que o

¹ Fragmentar a obra de Lefebvre de acordo com o interesse da cada ciência parcelar é extremamente redutor e contraditório com sua própria concepção teórica. No entanto, é fato que a geografia, em seus cursos, dá atenção quase exclusiva às suas obras consideradas mais “diretamente” espaciais, quais sejam: *Le Droit à La Ville* (1968), *La Revolution Urbaine* (1970), *Espace et Politique* (1972), *La Pensée Marxiste et la Ville* (1972), *La Survie du Capitalisme* (1973) e *La Production de L'espace* (1974).

² Soja cita, por exemplo, John Berger e Michel Foucault como outros expoentes críticos da concepção tradicional de espaço e de sua reconstrução na mesma década em que atuou Lefebvre.

³ Ressalva deve ser feita para o fato de que elementos da teoria de Marx estão presentes de forma incidental há mais tempo na geografia. Notadamente a francesa, como Jean Bruhnes, Pierre George, Jean Tricart, etc. Cf. SANTOS, Milton [1978]. Por uma Geografia Nova. São Paulo: EDUSP, 2008.

⁴ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

geógrafo americano chama de “o quarto ciclo”, durante o qual uma vasta gama de expressões das mudanças e permanências do mundo entram em atrito ao final da década de 1960. No contexto das crises do fim da era dourada de bem estar dos anos do pós-guerra, do surgimento de movimentos por direitos civis em uma sociedade de opulência capitalista como a americana e de movimentos pacifistas em resposta à Guerra do Vietnã e ao desgaste dos eventos da Guerra Fria, os primeiros apontamentos a respeito de uma crise ecológica e os questionamentos ao mundo da produtividade e do consumo, etc., uma nova consciência crítica vai ser formando e questionando os paradigmas da racionalidade perpetrada até então, da qual os eventos da crise universitária de maio de 1968 na França, que se generalizou ao longo do mundo ocidental são um bom reflexo.

A Geografia com sua metodologia clássica e sua epistemologia inconsistente, como “ciência do espaço”, se viu à baila de um espaço em ampla transformação, e entrou em “crise”. Milton Santos ([1978], 2008) fez um balanço desta crise, apontando que a ciência geográfica padecia de uma série de problemas – o apego a velhas ideias, que engessava a Geografia e impossibilitava a crítica de qualquer ideia consolidada no passado; a imersão em um empiricismo abstrato que minou a construção teórico-epistemológica e ajudou a reificar as relações sociais no âmbito de seus estudos; a reflexão assaz “ecclética” a respeito do objeto teórico, que fez com que a Geografia se tornasse “viúva do espaço”. O fato é que o espaço do mundo mudou sua configuração e, igualmente, exigiu uma mudança a respeito de sua definição.

As respostas a este momento de crise da geografia foram diversas, das quais o marxismo surgiu como uma das novas vertentes de pensamento dentro da própria ciência. É incorreto dizer que a renovação da geografia foi obrigatoriamente marxista, ou mesmo que toda a geografia crítica seja marxista⁵. Todavia, o pensamento marxista se insere, notadamente a partir da geografia francesa e da anglo-saxã (inglesa e americana)⁶, e cria novas chaves de compreensão da sociedade a partir de uma concepção de espaço crítica e comprometida com a mudança da sociedade.

Milton Santos (Op. Cit.) resgata na geografia clássica, desde La Blache e Ratzel, até Jean Bruhnes e Christaller a recepção e influência de determinadas ideias de Marx. Porém, a partir dos anos 1970, a geografia mergulha no debate propriamente marxista. Conforme nos relatam Mendoza, Jiménez e Cantero (1982), alguns marcos são importantes para a compreensão desta imersão:

- As discussões em torno da revista americana *Antipode*, cuja primeira publicação data de 1969, que abriu um lento processo de radicalização a partir de posições liberais até o interesse pela tradição marxista, notadamente pela influência dos pensadores da “Escola de Frankfurt”. Tais ideias geraram questionamentos no âmbito da Associação de Geógrafos Americanos e alimentaram ferrenhos debates entre 1970 e 1975 entre as posições “liberais” e as “radicais” da renovação da geografia. O interesse de David Harvey pelas ideias de Marx surge deste contexto.

- Os empreendimentos do radicalismo francês, que tiveram na figura de Lacoste certa centralidade, com a publicação da revista *Hérodote*, que buscava esclarecer os conteúdos ideológicos e estratégicos do saber geográficos e suas relações com a manutenção do poder.

Ruy Moreira (1988) também aponta Lacoste como figura central da crítica da Geografia, mas acrescenta também, como fundadores, os questionamentos de Quaini, de 1979, e de Milton Santos, de 1978, por sua originalidade no debate. Quanto à recepção das ideias de Lefebvre neste ínterim, Moreira (Op. Cit.) afirma que a chegada da tradução portuguesa da primeira parte de *La Survie du Capitalisme* (1972), sob o nome de *A Re-Produção das Relações de Produção*, em 1973, teve particular efeito na renovação da Geografia brasileira, que só depois buscou seus escritos propriamente sobre o espaço urbano. Na geografia anglo-saxã, temos uma ampla elaboração de Edward Soja e de David Harvey a partir do impacto das obras de Lefebvre. Alguns elementos deste

⁵ Para citar apenas alguns exemplos seminais, temos importantes geógrafos, como Doreen Massey, Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, etc. Seria mesmo arriscado dizer que geógrafos da envergadura e complexidade de Milton Santos ou Armando Correa da Silva, mesmo que claramente influenciados e letrados pela e na obra de Marx, sejam facilmente encaixáveis na vaga categoria de “marxistas”.

⁶ A construção histórica aqui exposta foi construída a partir dos escritos de Mendoza, Jiménez y Cantero (1982), Moreira (1988), Soja (1993) e Santos (2008).

diálogo serão analisados mais adiante, pois ampliaram o debate sobre a produção do espaço no capitalismo.

De forma geral, todos estes escritos não formam um todo monolítico e são alvos de inúmeras controvérsias internas à Geografia, bem como com os marxistas de outras áreas. Existe aí um debate cheio de meandros, por vezes infrutífero, mas persistente. Trata-se da discussão em torno de uma suposta ausência ou desprestígio da análise espacial em comparação com a análise do tempo histórico nas teorias sociais críticas. Para entender esse debate e suas consequências para o conceito de *produção do espaço* alguns pontos são essenciais: o primeiro é a questão espacial na obra de Marx, uma vez que esta é uma das bases fundantes da teoria social e que não conta com nenhuma teoria específica do espaço, dando a entender que o tempo e a história, amplamente abordados, exercem uma centralidade dentro da teoria crítica social; o segundo ponto inclui um longo período, desde a morte dos anarquistas Kropotkin e Élisée Reclus, durante o qual a geografia tornou-se uma ciência quase exclusivamente voltada para a administração do Estado e a expansão dos mercados capitalistas, tendo permanecido assim até a década de 1960; o terceiro ponto está na interpretação que une os dois primeiros pontos, pois para alguns autores, como Soja (1993), a geografia acrítica estava implicitamente relacionada a um bloqueio que surgiu da ausência de análises espaciais entre os maiores pensadores críticos da época, principalmente Marx.

De fato, uma análise espacial específica não fez parte da teoria crítica social, principalmente durante a primeira metade do século XX, porém, a inexistência dessas análises se deve muito mais a ausência da própria geografia e daqueles que a construíam do que por qualquer preconceito existente por parte das outras disciplinas durante esse período. Pior, um revanchismo espacial, muito geográfico, aflorou no final da década de 1960, prolongando-se por vários anos e confundindo-se com os argumentos de Lefebvre por uma releitura marxista que fosse capaz de interpretar as mudanças que se desenrolavam no mundo, impulsionadas por um capitalismo que se renovava. Inclui-se no chamado de Lefebvre um destaque para o espaço, mas que jamais colocaria sobre os teóricos sociais críticos do passado, entre eles Marx, a culpa por uma barreira que impedira a geografia ou qualquer outra ciência de encontrar seu caminho crítico.

David Harvey (2005), também entra nesta discussão, porém em posição divergente da Soja, pois, apesar de também lutar por uma reinterpretação espacial do capitalismo contemporâneo, deixa clara sua exposição acerca da dimensão da obra de Marx. Na verdade, Harvey segue este movimento na esteira do esforço de Lefebvre, em *La Pensée Marxiste et la Ville* (1972), que faz uma exegese da obra de Marx e de Engels em busca de suas argumentações a respeito da cidade e do espaço, não no intuito de, necessariamente, reivindicar um Marx mais atento ao espaço, mas de atualizar a teoria social de acordo com uma interpretação que reconhece no espaço as novas formas de acumulação do capital. Harvey vai mais além deste escrito e tenta transpor o método de análise inaugurado por Marx à realidade contemporânea, com a pergunta metodológica de fundo “o que Marx diria”.

Do ponto de vista marxista, havia bem poucos textos sobre a geografia da acumulação de capital e sobre a produção desigual de espaço e desenvolvimento geográfico. Ainda que Marx tivesse prometido um volume de *O capital* dedicado à formação do Estado e do mercado mundial, nunca concluiu seu projeto. Portanto, comecei a fazer uma leitura abrangente de todos os seus textos, para verificar o que ele teria dito sobre esses assuntos se tivesse vivido para completar sua argumentação.

Há duas maneiras de se realizar tal leitura. A primeira é tratar Marx como o “pensador mestre”, cujas afirmações carregam o imprimátur da verdade absoluta. A segunda (que prefiro), é tratar suas afirmações como propostas experimentais e ideias inacabadas, que precisam ser consolidadas numa forma teórica de argumentação mais consistente, que respeita o espírito dialético e não as sutilezas verbais dos seus estudos, notas e cartas grandemente inéditos. (HARVEY, 2005, pág. 11).

À medida que articula com clareza as teorias de Marx, sobre a circulação/acumulação do capital, com a análise de políticas urbanas e das práticas espaciais das cidades, Harvey envolve uma série de processos, muitas vezes aparentemente desconexos, numa abordagem dialética e

multiescalar, expondo um método consistente, capaz de revelar consequências dos novos caminhos do capitalismo. Esse método seria utilizado em seu estudo sobre Baltimore e consolidado em seu livro *A Condição Pós-Moderna* (1989), no qual destaca a atuação das políticas público-privadas na revitalização de certas áreas de Baltimore com fins de incentivo às novas práticas de consumo do espaço, assim como para garantir investimentos de longo prazo para capitais acumulados. Tal obra obteve grande popularidade e incentivou o desenvolvimento de estudos similares por geógrafos de todo o mundo.

Pode-se dizer que o que se construiu neste intenso debate foi a ideia de que há uma interação dialética entre sociedade e espaço, demonstrando que as relações sociais de produção e de classe articulam uma espacialidade determinada. Isto consiste em negar que o espaço seja algo em si, com existência independente das relações sociais e atemporal, mas fruto de formação histórica, enfim, *produzido* por determinada sociedade e levando a ela novas determinações, por sua vez.

2. SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A crítica de Lefebvre à concepção clássica de espaço (o espaço mental, o espaço absoluto, o espaço euclidiano, o espaço substrato, etc.) parte do fato de que se trata de um saber ideológico. Pensar que o espaço é um dado objetivo, completamente inteligível, transparente, neutro e, por conseguinte definitivo, é uma forma de ocultar a imposição de determinadas relações de poder incutidas nas relações sociais que compõem este mesmo espaço. A “prática teórica” subsume a “prática social” na formulação do conceito e faz parecer que a “prática social” apenas responde ao existente, incapaz de criar o conceito pela concretude. Tornava-se necessário introduzir a noção de *espaço social* para contrapor-se a estas ideologias. Se Lefebvre busca uma transformação do conceito de espaço, é porque busca uma transformação concreta do próprio espaço. O conhecimento tem função social, é práxis e, para ele, voltando para uma perspectiva eminentemente revolucionária.

Na esteira da discussão com a filosofia clássica, Lefebvre entranha-se também na discussão com o marxismo ortodoxo, para quem o espaço poderia ser considerado uma categoria da superestrutura da sociedade. A ideia de que o espaço é também produtor no sentido mesmo da produção de mais valia desconstrói essa ideia, mas, enquanto produto e meio de consumo, não seria de fácil categorização no esquema “base-estrutura-superestrutura”, o conceito de *espaço social*, portanto, “escapa” da classificação marxista ortodoxa da sociedade. O espaço é, portanto, para Lefebvre, um *produto* da sociedade. Mas é um produto que, ao mesmo tempo, intervém na reprodução desta sociedade, organizando o trabalho produtivo, as redes de distribuição, os fluxos de circulação, os lócus de consumo e de produção, etc.. Este produto é também, dialeticamente, produtor.

É importante frisar que, por produto, não se está referindo a um simples objeto, coisa física, mas a um conjunto de relações de apropriação, de dominação, de conflitos. Esta concepção traz uma possibilidade (e importância) política. O *produto* tal como o conhecemos hoje, está relacionado diretamente com o processo de industrialização da sociedade, que se caracteriza pela “orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*.” (LEFEBVRE [1969], 2008, pág. 12). É aquilo que se produz na esfera por excelência do valor de troca, em oposição à *obra*, fruto da “criação” das sociedades que não se viram dominadas pela generalização da mercadoria e ainda encontra em seu fundamento a excelência do valor de uso.

Podemos considerar que cada sociedade produz, no sentido mais amplo da criação, seu espaço de forma própria. E cada novo modo de produção se apropria do espaço já existente, às vezes lentamente, adaptando-se, e às vezes violentamente, o transformando. O que nos cabe entender aqui é a particularidade da produção do espaço na sociedade capitalista. Neste, o espaço é força produtiva e muito mais. Pode-se dizer, de outros momentos da história, que o homem altera o meio através da atividade que cria seu espaço em proporções sempre constantes. A produção do espaço serve à reprodução da vida, a intenção era perpetuar a sociedade ciclicamente em sucessivas

gerações. Mas no capitalismo ele *produz* espaço com fins de acumulação, ultrapassando a mera reprodução da vida, e garantindo também a reprodução das relações de trabalho (e de classe, a reprodução da força de trabalho, para sermos mais precisos) e a reprodução das relações sociais de produção. A sobrevivência que se busca agora é a do próprio capitalismo, não se trata mais, necessariamente da vida de seus congêneres, mas da sobrevivência da sociedade abstratamente engendrada por um modo de produção.

Em *A produção Capitalista do Espaço* (2005), Harvey traz interpretações úteis para o entendimento do sentido da produção do espaço sob o capitalismo. Ele trata da circulação do capital, dos modelos nos quais o valor do trabalho vivo e das mercadorias em circulação sempre aumentaria e, conseqüentemente, as taxas de lucro. Por outro lado, aborda uma realidade selvagem na qual a competição e o avanço tecnológico reduzem gradativamente o valor do trabalho vivo, das mercadorias e das taxas de lucro. Ao considerar essa dinâmica, Harvey trata a questão espacial como um mecanismo de alívio, que recebe o nome de “ajuste espacial”, às crises de circulação do capital. Essa ideia apresenta duas dimensões básicas, uma interna e outra externa a um Estado – a interna diz respeito a modificações nas condições de circulação do capital necessárias para fazer fluir o capital estagnado em mercadorias, em mão de obra custosa ou em capital morto (máquinas e infraestruturas entre outros); o ajuste espacial externo envolve a captura de novos territórios onde o capitalismo é inexistente ou insignificante, o que significa a obtenção imediata de um novo exército de mão de obra reserva que desvalorizará o custo do trabalho vivo, além de um novo mercado para o capital acumulado em mercadorias.

Aqui, há um elemento importante – a constatação da necessidade inexorável de se produzir espaço para salvaguarda do capitalismo é necessariamente expansiva. Mais do que acessório para a valorização do capital por meio da construção civil, dado já observado nas teorias do imperialismo de Rosa Luxemburgo e Lênin⁷, produz-se uma “espiral de construção e destruição”, nos termos de Lefebvre⁸, que é indispensável para a manutenção dos níveis de circulação do capital que impediriam um colapso do sistema produtivo. Desta forma, este novo espaço tende a formar-se em escala mundial, ao mesmo tempo integrando e desintegrando as escalas locais, homogeneizando e fragmentando. Harvey (Op. Cit.), também, apreende de uma maneira renovada a função desempenhada pelo Estado na reprodução do capital, atualizando sua percepção de um papel expansivo territorialmente, para uma análise mais contemporânea ao demonstrar a capacidade e alcance internacional dos capitais, ainda centralizados nos países mais ricos, mas ao mesmo tempo mais globalizados, menos atrelados a sua origem. A primeira obrigação do Estado é garantir que uma parcela cada vez maior de seus recursos seja empregada em melhores condições de circulação e acumulação do capital, não importando sua origem, mantendo sempre a lógica da produção pela produção, como por exemplo, nos empreendimentos de infraestrutura ditados pelas parcerias público-privado.

Este processo é complexo e é muito importante que se compreenda que se faz mediante relações políticas, de poder e dominação. Já é clichê dizer que, no capitalismo, a produção do espaço não se dá de forma igualitária, e que tais processos contraditórios de homogeneização e fragmentação não são necessariamente sinônimos de igualdade e diversidade. Há uma “conquista da hegemonia” do espaço, e Lefebvre nos mostra que ela se faz pela crescente racionalização da produção e pela inserção de uma mediação institucional. É aqui que o Estado entra como agente privilegiado.

⁷ “Houve grande sensibilidade para as questões geográficas nos textos de Lênin, Luxemburgo, Bukharin, Trótski e Bauer, as principais figuras a liderar a modernização do marxismo no início do século XX. Embora nem sempre estivessem de acordo, suas obras coletivas forneceram uma rica fundamentação para uma teoria marxista do desenvolvimento desigual, geográfica e historicamente, uma teoria que se baseou, ampliando-o em seu âmbito e sua escala, no mais geograficamente revelador dos conceitos de Marx, o antagonismo sincretista e sincrônico entre a cidade e o campo, o centro aglomerador e a periferia dissipatória.” (SOJA, 1993, pág. 43).

⁸ Cf. LOREA, in LEFEBVRE., 2013, pág. 18.

Lefebvre chama o espaço produzido pela sociedade capitalista de *espaço abstrato*. É preciso entender esta conceituação a partir de alguns parâmetros. Primeiramente, em oposição à existência do *espaço absoluto* de sociedades anteriores, que era consagrado por suas qualidades naturais intrínsecas (uma caverna como abrigo, um rio como manancial, etc.) e que foi, muito rapidamente ocupado por forças políticas e por uma divisão do trabalho, que progressivamente se transformou em uma divisão entre “trabalho material” e “trabalho intelectual”. A partir do estabelecimento de forças políticas, da criação de obras simbólicas, a natureza passa a se transformar em mediação de ritos, incorporada a cerimoniais e, progressivamente, um Estado político se configura, em forma de espaço segregado.

Mas o *espaço abstrato* existe por razões que ultrapassam a forma e o desenvolvimento estrutural do espaço, o afastamento da natureza e o desconhecimento dos objetos que nos permeiam, ele o é porque passa a ser produzido por *trabalho abstrato*. A divisão do trabalho e a complexificação da produção, agravadas e levadas ao seu ponto máximo pela industrialização da sociedade fazem com que a consolidação do produto de nosso trabalho se faça (concretamente, no que se refere à venda da força de trabalho) em um processo externo a nós. O trabalhador perde o domínio do produto que ele mesmo produziu – e é neste processo em que se realiza a extração da mais-valia e a realização do valor – que se mobiliza no mercado como o motor de toda a ação, com mecanismos que passam a ser estranhos ao trabalhador. Marx, em trecho da *Ideologia Alemã*, explicita bem este processo:

Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjecturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado. O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, (...), não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio e nem pra onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas do desenvolvimento, independente do querer e agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e agir. (MARX [1856-6], 2007, pág. 38)

Cada objeto do espaço passa a ser produzido dentro de um sistema de mercadorias, de acordo com uma lógica industrial que teve que se padronizar de acordo com o *socialmente necessário*. A forma da cidade, com seu espaço geométrico, institucional, direcionado, enfim, *abstrato*, corresponde ao processo social que engendra a própria sociedade, o *trabalho abstrato*. Esta segunda implicação, que é na verdade a origem do processo dialético no qual se insere a organização do espaço no mundo, configura nosso cotidiano. A ideia é a de que a produção capitalista se consolida a partir da generalização da produção social em forma de produção industrial. Ou melhor, a partir da universalização da forma-mercadoria das coisas (e da força de trabalho, que, sendo a única “coisa” que possui o trabalhador, deve ser posta à venda no mercado). Este processo de usurpação do produto do trabalho de seu produtor, condicionado por uma atividade social que, como acima citado, surge como “potência estranha”, externa aos indivíduos, configura o que foi chamado por Marx de “alienação”. Lefebvre então, compreende que o mesmo se efetua na *produção do espaço*, como seria de se imaginar com qualquer elemento do sistema de mercadorias.

Como se manifiesta la alienacion urbana? Como sabemos, la alienacion se genera como consecuencia de una falta de control sobre los procesos y medios de produccion y sobre el producto (o bien, sencillamente, por una participacion mecanica y escasa). Esta condicion resulta extensible a la produccion autoritaria y capitalista del espacio: los ciudadanos no controlan los procesos ni los medios ni el producto final. La participacion deviene simulacro y se mantiene por cauces inocuos. (LEFEBVRE, 2013, pág. 45)

Aqui, a urbanização ganha centralidade, uma vez que é o fruto da produção espacial da sociedade industrial. O processo de industrialização da sociedade faz “explodir” a cidade em seus

modos tradicionais, rumo à expansão do tecido urbano como transformação completa das relações. Promove-se a concentração populacional juntamente com a segregação espacial, a subordinação do agrário ao urbano, a formação de novas centralidades políticas e econômicas, a especulação imobiliária e a valorização da propriedade privada urbana e das instituições de classe, etc.. O *espaço abstrato*, via urbanização da sociedade, caminha para um processo de universalização, em paralelo com a universalização da forma mercadoria. Esta urbanização passa por um processo aumentado de racionalização e intencionalidade, expresso por meio do urbanismo e do planejamento enquanto referências. Harvey (2005) ressalta as dinâmicas de circulação e acumulação do capital em acordo com as políticas de urbanização, avançando sobre o que nomeou de “ajustes espaciais” para um conceito mais complexo de produção do espaço que entrevê a passagem de uma política administrativa do espaço urbano para uma empreendedora. Dito de outra forma representa uma análise capaz de interpretar o declínio da forma fordista e a passagem para uma forma flexível de circulação e acumulação do capital, além é claro dos aspectos espaciais dessa transformação, como o que batizou de “compressão do espaço-tempo”, as novas relações entre as grandes corporações e os Estados, a financeirização desenfreada do capital, etc..

É importante superar a “ilusão de transparência” que se constrói pela ideia de que a realidade se mostra no visível. A produção e organização do espaço no capitalismo se fazem como “fachada”, criando a ilusão de que aquela imagem construída para ser vista representa o todo das relações sociais que a compõem. Desta forma, os usos possíveis já estariam todos pré-determinados e só caberia ao seu habitante adequar-se às formas existentes. Para Lefebvre, o urbanismo é um exemplo do tipo de conhecimento instrumental que produz, ideologicamente, esta “ilusão de transparência”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO E SUA CRÍTICA

Lefebvre faz uma interessante separação das dimensões do espaço social em três esferas – o *espaço percebido*, o *espaço concebido* e o *espaço vivido* – que nos faz perceber que a produção do espaço, mesmo que tendencialmente universalizante e totalitária, antro da consolidação de determinados poderes hegemônicos, não pode ser totalmente homogênea e isenta de contradições. Vejamos um pouco mais destes conceitos.

O *espaço concebido* se refere às representações do espaço, ou seja, aquelas dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos “tecnocratas fragmentadores”, enfim, todos aqueles que perpetuam uma racionalidade do espaço dominante em determinada sociedade. Com seus signos elaborados, suas vias e suas soluções técnicas para a imposição de um cotidiano. No caso do capitalismo, a política age em consonância com os ditames econômicos para submeter a produção do espaço ao reino da mercadoria, para quem todas as estruturas são otimizadas, calculadas e engenhosamente articuladas. O *espaço percebido* é aquele produzido pelas formas e ritmos impostos na *prática espacial* de uma sociedade. É a forma intermediária entre o que é concebido nas representações do espaço e o que é realizado como materialidade. No capitalismo, ela inclui as distâncias impostas, o tempo de trabalho e o tempo de lazer, sentidos de forma diferenciada, por exemplo, por um habitante da periferia e um do centro de um espaço urbano. Por último, o *espaço vivido*, que é o *espaço de representação*, é aquele dos usuários propriamente, do habitante. É a relação direta e cotidiana de um indivíduo ou grupo de indivíduos com seu espaço. Trata-se de um espaço dominado por suas determinações abstratas totalizantes, porém, aqui, se apresentam fissuras, pois existe a possibilidade de uma *apropriação* diferenciada de acordo com relações sociais locais e existem diferentes respostas às imposições opressoras que acometem cada localidade. A imposição do espaço da mercadoria não faz dele um universal vazio, o que traria de volta a ideia de *espaço receptáculo*. Uma potência subversiva e criadora está incutida no próprio *espaço social* e nasce das relações do cotidiano.

La apropiación negativa, esto es, la dominación del espacio, nunca termina de imponerse a las posibilidades de una *apropiación positiva*, de una *reapropiación del espacio* ligada a la *reapropiación del cuerpo*, instancia esta fundamental en el ejercicio emancipatorio que vislumbra Lefebvre y que se encuentra permanentemente presente en *La producción del espacio*. (LOREA, in LEFEBVRE., 2013, pág. 23)

Partindo das contradições prementes na produção capitalista do espaço, é possível que nos demos conta de formas de resistência e de negação das mesmas, produzindo a *diferença* no ínterim deste processo totalitário. A primeira contradição diz respeito à deposição de formas anteriores ao sistema produtor de mercadorias, com o intuito de adequar os espaços ao processo de expansão do capital, uma vez que ela se trata, normalmente, de “expropriação” violenta de determinadas populações de seus modos de vida tradicionais e a inserção obrigatória em uma existência precária na sociedade do consumo. Este processo não se deu apenas no momento da “acumulação primitiva” e acontece reiteradamente na medida da expansão do capitalismo. A contradição se coloca, uma vez que nem todos os novos sujeitos incluídos no mundo das mercadorias se sentem satisfeitos com esta nova precariedade a que foram submetidos, negando veementemente a “inclusão” nesta sociedade.

A outra contradição está na própria forma do urbano. Ao mesmo tempo em que é o lugar da segregação, da vida geométrica e imposta, das instituições e da precariedade, ele é o único lugar possível do encontro e da apropriação. Mesmo que o *espaço público* vá ganhando, com o urbanismo contemporâneo, uma atribuição ideológica pacificadora, com seus usos previstos e controlados, a própria circulação e convivência de alto número de pessoas no cotidiano das formas da cidade pode, a cada momento, produzir uma nova apropriação e algum evento explosivo. A cidade é a tensão contraditória entre a união e o isolamento, a propriedade e a apropriação. Assim, o urbano vai ser tornando uma barreira da própria *produção do espaço*, uma vez que vai se impregnando de práticas que procuram resistir, preservando a história humana e formando uma dialética do tempo e do espaço.

David Harvey (2014) atenta para a fusão das contradições do espaço com as contradições do sistema capitalista. Primeiramente, o autor afirma que o capitalismo passa periodicamente por “crises de sobreacumulação”, devido à dificuldade dos excedentes produzidos pelo capital serem absorvidos de forma lucrativa. Nesta tendência inexorável à perda de lucratividade e crises, a cidade se tornou um local preferencial para a absorção do capital excedente produzido na sociedade. Este processo por si só apresenta, também, suas contradições. Harvey se dedica longamente a explicar as raízes urbanas das crises capitalistas, relacionadas às bolhas do sistema de créditos e sobrevalorização das terras. Produz-se, então, uma contradição entre a cidade produzida para manter o ciclo de acumulação funcionando no capitalismo e a cidade que a população urbana deseja e precisa. A produção de moradias, as obras de infraestrutura os tipos de equipamentos urbanos a serem construídos, todos, passam a servir como realocação de capitais excedentes, e ao mesmo tempo como expansão da demanda efetiva de determinadas mercadorias, fechando um ciclo de circulação do capital. Este processo passa, necessariamente, por atos de “desposseção” das populações pobres e por um aumento considerável no valor da terra e dos bens de consumo urbanos, necessário à reprodução da vida do trabalhador. Pensando em quais tipos de descontentamentos aparecem na cidade, vemos que há comumente questões de transporte, habitação, salários, condições de saneamento, saúde.

A relação entre as crises do capitalismo, suas contradições e sua mudança é tema central da evolução do marxismo. Em sua história, um grande conflito se formou a respeito da dúvida a respeito da relação crise – revolução. Existe uma corrente que acredita que o capitalismo padece de contradições que o levam a crises cada vez mais graves, que um dia o levariam ao colapso, e outra, que afirma que o capitalismo pode se renovar *ad eternum*, resolvendo cada nova contradição que possa aparecer na resolução de cada crise. Na verdade, as crises o fortaleceriam. Este dilema impõe uma enorme dificuldade para a práxis, pois antevê apenas a incerteza. Não se consegue agir com convicção sobre algo que não se sabe o fim. É um golpe às utopias.

Lefebvre ([1970], 2008) considera que a transição desta inaugurada pela sociedade industrial, e a fase utópica por ele antevista, a da sociedade urbana, consiste em uma zona crítica (em estreita relação com o conceito de crise), na qual vivemos, que compõe um “campo cego”, esvaziado de compreensão sobre si mesmo e preenchido de conteúdos e formas ideológicas ilusórias. A necessidade seria a de se dar conta de que o espaço é o lugar do político, objeto de estratégias e de lutas. Toda a sua construção teórica a respeito da *produção do espaço* é o caminho de construção para esta práxis que tome consciência de si e assuma a negação do que existe como potencial de mudança.

4 . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana Fani; SEABRA, Odette. **O espaço no fim de século: nova raridade.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

HARVEY, David [1989]. **Condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David [2001]. **A produção capitalista do espaço.** Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidade Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri [1969]. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LEFEBVRE, Henri [1970]. **A revolução urbana.** Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri [1974]. **La Producción del Espacio.** Prólogo de Ion Martínez Lorea. Tradução: Emílio Martínez Gutierrez. Madrid: Capitán Swing Livros, 2011.

MARX, Karl [1856-6]. **A Ideologia Alemã.** Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MENDONZA, Josefina; JIMÉNEZ, Julio M.; CANTERO, Nicolás O. **El Pensamiento geográfico:** Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982.

MOREIRA, Ruy. **Assim se passaram dez anos** (A renovação da Geografia no Brasil no período de 1978-1988). Revista *GEOgraphia*. Ano II, No 3, 2000.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço:** Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Milton [1978]. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: EDUSP, 2008.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas:** A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.